

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2011 – NÚMERO 14:

Ao décimo segundo dia do mês de Julho do ano de dois mil e onze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça em sessão ordinária na Sala de Reuniões do edifício dos Paços do Município. Compareceram Mário Fernando Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, Mário Manuel Pereira Peixinho, Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira e Luís Filipe Silva Garrotes, Vereadores.

O Presidente da Câmara deu início à reunião eram 18 horas e 40 minutos.

Registou-se a ausência do Vereador Carlos Pereira.

MOVIMENTO DE FUNDOS

Foi apresentado o movimento de fundos de 11 de Julho de 2011.

ACTAS

Passou-se à apreciação e votação das actas nº12 e 13.

Com as alterações sugeridas, a acta nº 12, de 13 de Junho de 2011, foi aprovada por maioria com uma abstenção do Vereador Luís Garrotes, que não esteve presente.

Foi deliberado retirar da ordem de trabalhos a acta nº13, de 1 de Julho de 2011, a fim de precisar a redacção no que respeita ao período antes da ordem do dia.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A Vereadora Regina Ferreira pediu esclarecimentos sobre os acontecimentos que se registaram no Touco e que foram alvo de notícia num semanário da região.

O Vereador Luís Garrotes mencionou a questão das bandas sonoras a colocar em algumas estradas do Concelho, solução que o Vereador Mário Peixinho afirmou noutra ocasião estar em estudo. O Vereador perguntou por novidades relativamente a esse assunto, tanto mais que a utilização das estradas por parte dos condutores continua a não ser a mais aconselhável.

O Vereador pediu ainda um ponto de situação relativamente ao protocolo com a DREL e que regula a transferência de competências na área da educação. A dada altura colocou-se a hipótese de denunciar esse contrato, pelo que o Vereador pretende conhecer a evolução deste assunto.

O Presidente começou por responder à questão da Vereadora Regina Ferreira sobre a destruição de uma casa avieira no Touco. Afirmou ter tido conhecimento do assunto por intermédio do munícipe João Serrano aquando da sua intervenção na Assembleia Municipal. A Câmara ainda não tomou nenhuma iniciativa, mais vai fazer uma participação formal às autoridades. De qualquer forma, o Presidente prevê que pouco se possa fazer, dado que a construção está num terreno particular e não se trata de uma edificação que possa ser

classificada. Isto sem prejuízo de o Presidente considerar que se trata de uma construção de interesse municipal, dado que faz parte do nosso património histórico.

Relativamente às bandas sonoras a colocar no interior do Concelho, o Presidente reconheceu que é algo que ainda falta fazer. O assunto tem sido acompanhado pelo Vereador Mário Peixinho, que já se inteirou, com a ajuda dos serviços, da melhor forma de fazer a obra, simplesmente as limitações financeiras ainda não permitiram avançar.

Por último, em relação ao protocolo com a DREL, o Presidente afirmou que a possibilidade de denunciar o contrato continua em cima da mesa. As negociações ainda não decorreram porque entretanto entrou um novo Governo e considerou-se que não era razoável fazê-lo numa fase de transição política sem que primeiro se falasse com os novos governantes. Nesse sentido, o Presidente já pediu para marcar uma reunião com o Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar. O que está em causa é a questão do pessoal e o compromisso da DREL em assegurar a execução das obras da construção de uma portaria e da recuperação do telheiro, obras para as quais os orçamentos ultrapassaram largamente o previsto, o que levantou novos obstáculos à sua concretização.

O Vereador Luís Garrotes perguntou qual será o prazo razoável para a DREL responder até que a Câmara decida denunciar o protocolo. O Vereador lembrou que o ano escolar começa não tarda e então não será uma boa altura para denunciar o protocolo, uma vez que poderá causar alguma turbulência no parque escolar e prejudicar os alunos.

A Vereadora Regina Ferreira perguntou se o acordo para a construção da portaria e do telheiro tinha um período para ser posto em prática.

O Presidente explicou que não tem conhecimento se o contrato tem algum prazo limite para a sua execução, mas em todo o caso é uma questão para discutir com o novo Governo. Relativamente ao prazo para a denúncia do protocolo, o Presidente afirmou que a decisão será tomada após auscultação dos novos governantes. Antes disso não adianta formular prazos hipotéticos. Em todo o caso, a decisão terá sempre em conta a salvaguarda dos interesses da comunidade escolar.

O Vereador Luís Garrotes afirmou que tem sempre muitas reservas em relação à ideia de denunciar o contrato, dado que os cortes anunciados na despesa tornarão difícil uma resolução favorável do problema do telheiro e da portaria, e, denunciando o contrato, a Autarquia não terá mais a hipótese de ter um papel interventivo na resolução do problema.

O Presidente deu conhecimento de um despacho relativo à redistribuição dos pelouros e delegação de competências do Presidente nos vereadores. Os pelouros da Saúde, Desporto e Juventude e Acção Social, que estavam sob a alçada do Vereador Carlos Pereira, passaram a ser responsabilidade do Presidente da Câmara, ao mesmo tempo que os pelouros relativos aos Serviços Urbanos e Limpeza, Parque de Máquinas e Viaturas e Fiscalização Municipal, que estavam sob a alçada do Vereador Mário Peixinho, passaram para o Vereador Carlos Pereira. Por sua vez, os pelouros dos Serviços Gerais de Administração, Expediente e Arquivo, que eram da responsabilidade do Vereador Carlos Pereira, passaram para a alçada do Vereador Mário

Peixinho. Esta é uma competência específica do Presidente, pelo que as alterações não carecem de votação.

ORDEM DO DIA

EXPEDIENTE:

FOI APRECIADO O SEGUINTE EXPEDIENTE:

VÁRIOS:

- Agência Funerária João Teodoro, Lda. – Agradecimento.

Tomou-se conhecimento.

- Município de Alpiarça – Gabinete de Educação – Informação Interna nº56/2011 – Parecer sobre frequência gratuita no OTL.

O Vereador Luís Garrotes afirmou que as informações técnicas deviam vir melhor fundamentadas para os vereadores poderem formar uma opinião mais sustentada.

Deliberado por unanimidade ratificar a autorização para isenção de pagamento por parte das duas famílias mencionadas na informação técnica que acompanha a proposta.

- Município de Alpiarça – Proposta relativa ao Programa “Férias Desportivas 2011”.

Deliberado por unanimidade concordar com a proposta apresentada.

- Município de Alpiarça – ALPIAGRA – Feira Agrícola e Comercial de Alpiarça – Proposta de Edital e Documento Normativo.

A Vereadora Regina Ferreira afirmou que os preços para os expositores devem ter em conta o programa da Feira, do qual dependerá o sucesso ou o fracasso do investimento feito pelos comerciantes.

O Presidente declarou que não é realista pensar que numa altura destas o programa da Feira possa influenciar grandemente no consumo, dada a própria conjuntura económica.

O Vereador Luís Garrotes comentou que considera que a data escolhida para a Alpiagra deste ano é já um pouco tardia, dado que nessa altura o ano escolar já se iniciou e isso poderá levar a que as famílias vão com menos facilidade à feira. O Vereador sugeriu que a Feira terá sido adiada em relação ao seu calendário habitual para não coincidir com a Festa do Avante, que se realiza uma semana antes da data da Alpiagra.

O Presidente lembrou que a data da Alpiagra passou a coincidir com a Festa do Avante a partir do momento em que o PS formou Executivo na Câmara de Alpiarça. O que este Executivo fez foi reagentar a Alpiagra para a data que tinha até 1997.

Deliberado por unanimidade concordar com a proposta de Edital e Documento Normativo para a Alpiagra 2011.

DIVISÃO DE OBRAS PLANEAMENTO E UBRANISMO

- Gabinete Técnico – Informação Interna nº104 – Eng. Carla Cunha – Empreitada “Construção Centro Escolar de Alpiarça” – Prorrogação de Prazo.

O Eng. José Portugal explicou que a empresa encarregue da obra do Centro Escolar formulou um pedido de prorrogação do prazo para o término da obra, apresentando fundamentação nesse sentido. Após análise da fundamentação os serviços emitiram um parecer favorável a 30 de Junho. Entretanto decorreu também uma reunião de obra na presença de todos os intervenientes, tendo-se decidido por mútuo acordo alargar o prazo para o fim dos trabalhos para 18 de Julho. É essa data que será agora votada.

Posta a votação a proposta de prorrogação do prazo da obra do Centro Escolar de Alpiarça foi aprovada por unanimidade dos presentes, com ausência da sala do Vereador Mário Peixinho.

- Serviço Técnico de Obras – Informação Interna nº 106/2011 – Correção da Carta da REN – Alteração de Delimitação.

De acordo com o parecer técnico, foi deliberado por unanimidade reconhecer a oportunidade de alteração da delimitação da REN nos termos do art. 16 do Decreto-lei nº 166/2008 de 22 de Agosto.

- Gabinete Técnico – Informação Interna nº 107 – Eng. José Portugal – Minuta adicional nº 2 ao Contrato de Adjudicação da empreitada Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça.

Deliberado por unanimidade concordar com a Minuta adicional nº 2 ao Contrato de Adjudicação da empreitada Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça.

- Gabinete Técnico – Informação Interna nº 108 – Eng. José Portugal – Minuta adicional nº 1 ao Contrato de Adjudicação da empreitada Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça.

Deliberado por unanimidade ratificar a aprovação da Minuta adicional nº 1 ao Contrato de Adjudicação da empreitada Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça.

O Presidente propôs a entrada de um ponto fora da ordem do dia. Pretendia dar conhecimento de uma carta enviada pela Governadora Civil de Santarém, Sónia Sanfona, agradecendo a colaboração da Câmara Municipal de Alpiarça com o Governo Civil durante o período em que exerceu funções.

A entrada do ponto foi aprovada por unanimidade.

- Governo Civil do Distrito de Santarém – Cessação de funções da Governadora Civil.

No seguimento da referida carta, o Presidente interveio ainda para informar que durante o período de funções da Senhora Governadora Civil, também a Câmara Municipal procurou

pontos de contacto e colaboração na discussão de alguns assuntos de interesse para o Concelho e para o Distrito.

Terminou, retribuindo à Dr.ª Sónia Sanfona o agradecimento prestado a si próprio e à Câmara Municipal.

Tomou-se conhecimento.

INTERVENÇÕES DO PÚBLICO

Não houve inscrições.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram vinte horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.

E eu, Dora João Duarte Cardoso Baptista, a exercer funções de Secretária no Gabinete de Apoio à Presidência, da mesma Câmara, servindo de Secretária, a redigi e assino.